



Um marco no noticiário sobre o Legislativo

páginas 6 e 7

Crise na indústria e juros altos dominam debates no Senado

Nesta semana, a Comissão da Crise ouve empresário Jorge Gerdau sobre dificuldades na indústria. Na semana passada, a substituição do presidente do Banco do Brasil

motivou debates no Plenário. Três partidos de oposição – DEM, PPS e PSDB – querem convocar o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para explicar a troca.

página 5

Senado busca solução para a crise financeira dos municípios

Entre as medidas, está a criação, pela CAE, de subcomissão para estudar a revisão do pacto federativo. Também será reativada a subcomissão permanente que cuida de assuntos municipais.

página 3

Quase 700 prefeitos expuseram no Senado, na semana passada, os efeitos da queda dos repasses



JOSE CRUZ

educação

Aluno de escola pública pode ter cesta de livros

página 4

castelo de areia

Tarso Genro fala sobre operação da PF nesta terça

página 2



MOREIRA MARIZ

Heráclito Fortes, presidente da CPI, entre Lúcia Vânia e Inácio Arruda: disputa na votação de requerimentos

CPI que investiga ONGs retoma os trabalhos

página 8

e mais...

projetos aprovados	4
ambiente legal	5
voz do leitor	11
frases	11
pergunte ao senador	11

cidadania

Informações que só se encontram nas televisões públicas

As TVs Senado, Câmara, Justiça e Brasil são emissoras criadas para tornar acessíveis debates, decisões, julgamentos e outras informações públicas. No *Especial Cidadania*, conheça a história e a programação de cada uma delas, além das formas de acesso aos canais.

página 12



agenda

CCJ ouve ministro da Justiça e diretor da PF

Tema da audiência é a Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, que investigou contribuições eleitorais feitas pela empreiteira Camargo Corrêa

O ministro da Justiça, Tarso Genro, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, vão explicar aos senadores a Operação Castelo de Areia. Eles participam nesta terça-feira de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com as investigações feitas pela Polícia Federal, a empreiteira Camargo Corrêa teria feito doações ilícitas a partidos

políticos, superfaturado obras públicas e enviado ilegalmente recursos ao exterior.

A audiência foi marcada por requerimento do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), aprovado na quarta-feira pela CCJ. Na ocasião, Jucá informou que o próprio ministro Tarso Genro havia telefonado para ele e manifestado interesse em prestar esclarecimentos no colegiado sobre a operação da PF.



FOTOS: GERALDO MAGELA

Jucá informa que o ministro Tarso Genro se ofereceu para ir à comissão

Senadores e embaixadores debatem adesão da Venezuela ao Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai discutir, em audiência pública na quinta-feira, a entrada da Venezuela no Mercosul. Foram convidados os embaixadores Paulo Tarso Flecha de Lima, Rubens Barbosa e Sérgio Amaral.



Tasso Jereissati é o relator, na CRE, do projeto sobre o ingresso da Venezuela no bloco econômico

O protocolo de adesão da Venezuela (PDS 430/08), já aprovado pela Câmara dos Deputados e pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, ainda não foi votado pelo Senado. O projeto tem de passar pela CRE e pelo Plenário. O relator é o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

No âmbito do Mercosul, o protocolo já foi ratificado por Argentina, Uruguai e Venezuela. Faltam as confirmações de Brasil e Paraguai.

Assinada em 4 de julho de 2006 pela Venezuela e pelos presidentes dos quatro países que compõem o bloco (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), a adesão divide opiniões no Senado. Há senadores que temem a presença do presidente venezuelano, Hugo Chávez, como um dos líderes do Mercosul.

Plenário analisa duas medidas provisórias

Para destrancar a pauta, o Plenário precisa votar dois projetos de lei de conversão (medidas provisórias que sofrerem alterações na Câmara). O PLV 2/09, resultante da MP 449/08, perdoa ou permite o parcelamento de dívidas tributárias, em diversos casos. O PLV 3/09, que se originou da MP 450/08, autoriza a União, os estados e o Distrito Federal a participarem do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE), que dará garantias aos bancos que financiarem a construção de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão de energia. O fundo será administrado por banco federal e alcançará projetos estaduais estratégicos ou aqueles previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

Por sugestão da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), todas as 11 comissões permanentes do Senado vão discutir no dia 29 de abril, em audiência pública, as áreas de proteção permanente (APPs) e suas implicações para o agronegócio. O requerimento já foi aprovado pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. O presidente do Senado, José Sarney, autorizou a realização do debate no Plenário.

SAÚDE

Secretários estaduais de saúde, médicos e especialistas serão convidados a discutir, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a situação dos serviços públicos de saúde no Brasil e buscar formas de superar as dificuldades. O requerimento propõe o debate, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado na quarta-feira.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA

O modelo de assistência jurídica e judicial no país, bem como seus custos e resultados, serão debatidos em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A sugestão para o debate, apresentada pelo Conselho de Defesa Social Estrela do Sul (Condesesul), foi referendada pelo relator do requerimento na CDH, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

JUIZADOS ESPECIAIS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai agendar debate sobre o projeto (PLC 16/07) que permite recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) em processos que tramitam nos juizados especiais cíveis e criminais. A audiência visa sanar divergências entre o relator, Valter Pereira (PMDB-MS), e Wellington Salgado (PMDB-MG), que apresentou voto em separado.

PROGRAMA MT LEGAL

Seis requerimentos para realização de audiências públicas foram aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Entre as solicitações está a do senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, convidando o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para exposição sobre o Programa MT Legal, que trata da regularização ambiental e agrária em Mato Grosso.

TRABALHO ESCRAVO

A Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo passa a funcionar de forma permanente no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), conforme requerimento aprovado na quarta-feira. A iniciativa partiu do vice-presidente da CDH, senador José Nery (PSOL-PA), que justificou sua posição afirmando que a prática ainda existe no Brasil.

RÁDIO E TV

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Ronaldo Sardenberg, será chamado a falar, em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), sobre a fiscalização dos serviços de radiodifusão. A CCT aprovou também pedido de informações ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, sobre o Fundo de Universalização de Telecomunicações (Fust).

comissões

Terça-feira

9h – JURISTAS

CPP – A comissão continua a preparar anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal.

9h – DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO

MST – Audiência conjunta sobre o fechamento das escolas do Movimento dos Sem Terra. Entre os convidados, a coordenadora nacional do MST, Marina Santos, e o secretário de Educação Continuada do Ministério da Educação, André Lázaro.

9h30 – REGIMENTO INTERNO

Redação final – Apresentação e votação do texto elaborado pela comissão de reforma do Regimento Interno.

9h30 – AGRICULTURA

Fertilizantes – Audiência pública para debater alternativas de redução

de preços e da dependência externa de fertilizantes. Os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, estão entre os convidados.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Crise – Em uma primeira audiência pública, a comissão debate a crise internacional com o empresário Jorge Gerdau Johannpeter. Às 12h, para instruir o projeto que estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, os senadores ouvem, entre outros, os presidentes do Cade, Arthur Badin; da Anatel, Ronaldo Sardenberg; e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Gesner Oliveira.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Embalagem – Em pauta, projeto que estabelece condições para a devolução de embalagens vazias de produtos de

uso veterinário.

14h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PF – Debate com o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, sobre a Operação Castelo de Areia, da PF, e a atuação do Ministério da Justiça.

14h30 – CPI DAS ONGS

Requerimentos – Definição do cronograma de trabalho.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Audiências – As comissões do Senado e da Câmara ouvem Cláudio Souza Castello Branco, do TCU, sobre resultados de auditorias feitas pelo tribunal. Numa segunda parte, as comissões debatem a situação das fundações de apoio às universidades. Entre os convidados, o ministro da Educação, Fernando Haddad.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

11h – Sessão especial

ECT – Comemoração dos 40 anos da Empresa de Correios e Telégrafos.

14h – Sessão deliberativa

Pauta trancada – A MP 449/08

(PLV 2/09), que perdoou dívidas tributárias de até R\$ 10 mil, tem prioridade de votação.

Quarta e quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

9h – DIREITOS HUMANOS

Violência – Audiência pública sobre o combate à violência doméstica no campo com os ministros de Política para as Mulheres, Nilcéa Freire, e dos Direitos Humanos, Paulo Vanucci.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Incentivo – Na pauta, projeto que desonera a exportação de produtos

agroindustriais.

Quinta-feira

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Mercosul – Debate sobre o texto do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul com os embaixadores Rubens Barbosa, Sérgio Amaral e Paulo Tarso Flecha de Lima.

crise

Pacto federativo volta à agenda política

Efeitos da retração econômica levam prefeitos a reivindicar revisão das competências e das receitas dos municípios

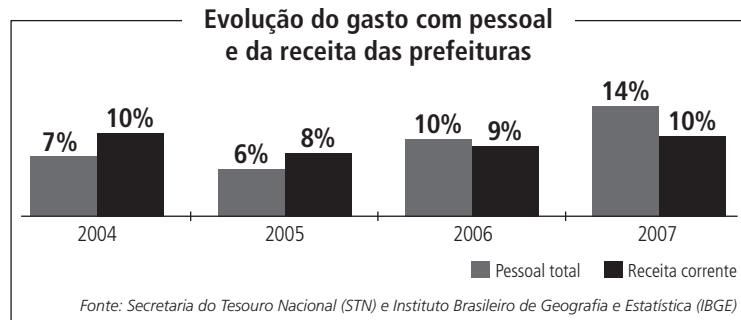
O frágil equilíbrio das finanças municipais acendeu uma luz vermelha no Senado. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve instituir nos próximos dias uma subcomissão para estudar a revisão do pacto federativo. Outra providência é a reativação da subcomissão de assuntos municipais.

Toda essa movimentação surgiu em meio às vésperas de o governo anunciar medidas para compensar a queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Na última terça-feira, audiência na CAE revelou a necessidade de um encontro de contas entre as prefeituras e o governo federal e de um estudo sobre competências e receitas dos entes federados.

Sucessivas mudanças legais, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), impuseram novos gastos às prefeituras,

como a implantação do piso salarial dos professores e o aumento do salário mínimo. Dados mostram que o aumento das despesas com pessoal ativo, aposentados e pensionistas subiu mais que a receita corrente dos municípios em 2007 (veja quadro). No ano seguinte, esse descompasso se acentuou. Como pessoal e custeio da máquina administrativa respondem por 85% a 90% das despesas municipais, conforme a CNM, a retração econômica atingiu em cheio as prefeituras. Em Santa Rita do Pardo (MS), município de 7,5 mil habitantes, em que 80% da receita vêm do FPM e do ICMS, a prefeita Eledir de Souza (PT) preferiu atrasar o pagamento de fornecedores a adiar os salários dos 480 funcionários.

No Senado, quase 700 prefeitos expuseram os transtornos provocados pela queda do FPM e pelo



endividamento com a Previdência, ao mesmo tempo que acompanharam a CAE, na última terça-feira. O debate com a secretária da Receita Federal do Brasil, Lina Vieira, o presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), João Paulo Lima e Silva, a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) – relatora da MP 457, que autoriza a renegociação das dívidas municipais com o INSS –, e Ziulkoski mostrou a grande divergência entre os números do governo e dos municípios.

Enquanto a Receita prevê redução de R\$ 5,2 bilhões nos repasses do FPM este ano, resultado da aplicação dos 23,5% que vão para as prefeituras sobre a queda na arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, prevista em R\$ 22,42 bilhões, a CNM estima a perda em R\$ 8,1 bilhões. Dentro do montante global, Lina sustenta que as desonerações de IPI para estimular setores como os de automóveis e de construção civil provocarão este ano perda líquida de R\$ 394,9 milhões aos

cofres municipais. Muitos prefeitos reivindicam que o aumento do IPI sobre cigarros, de R\$ 218,55 milhões, seja repassado integralmente às prefeituras.

A divergência maior, porém, está nos créditos que as prefeituras têm com o INSS. A Receita admite R\$ 6,7 bilhões, enquanto a CNM calcula R\$ 25,4 bilhões. Desse total, a entidade alega que o efeito da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que encurtou o prazo para a prescrição dos débitos previdenciários de dez para cinco anos, abateria R\$ 13,9 bilhões das dívidas das prefeituras com o INSS, de R\$ 22,2 bilhões: a dívida cairia para R\$ 8,3 bilhões. A CNM sustenta que a União não seria credora, mas devedora de R\$ 3,2 bilhões, se forem computados outros itens nesse balanço entre créditos e débitos. O governo não aceita essa inversão.



Lina Vieira (E) e os senadores Rosalba Ciarlini, Garibaldi Alves e Delcídio Amaral em debate na CAE: secretária da Receita diverge dos números apresentados pelas entidades dos prefeitos



Quase 700 prefeitos estiveram no Senado para exigir medidas compensatórias do governo à queda nos repasses de recursos federais e regras mais flexíveis para o pagamento das dívidas com o INSS

Fôlego às prefeituras endividadadas

Na região cacauieira da Bahia, Barra do Rocha, com 6.133 habitantes, retrata bem o que acontece com os municípios que enfrentam as dívidas com o INSS e as exigências da burocracia federal, e dependem dos repasses do FPM e do ICMS. No ano passado, não conseguiu investir em calçamento e saneamento básico porque não obteve a tempo a certidão negativa de débitos (CND) emitida pelo INSS, o que impediu o repasse de R\$ 1 milhão em emendas parlamentares, segundo o prefeito Jônatas Ventura (PMDB).

Neste trimestre, a situação piorou. Com perda estimada do FPM em 30% para um orçamento total de R\$ 6 milhões este ano, Ventura conta que no último dia 10 de março ficou praticamente sem caixa na prefeitura, porque a primeira das três liberações do fundo durante o mês acabou retida pelo INSS. Da segunda, só conseguiu receber R\$ 3 mil e, com isso, atrasou os repasses para pagar os salários dos vereadores. No fim do mês, teve que escolher. Com os R\$ 71 mil do FPM pagou a Câmara e atrasou o funcionalismo, que só vai receber no dia 10 de abril.

Os senadores querem ajudar municípios nessas condições. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) propôs ao governo criar comissão para desvendar o que chamou de “caixa-preta das dívidas previdenciárias municipais”. Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Valter Pereira (PMDB-MS) pediram suspensão temporária dos pagamentos ao INSS. Exedito Júnior (PR-RO) e César Borges (PR-BA) reclamaram medidas compensatórias aos municípios.

Em Plenário, na quarta-feira, a questão dos municípios mobilizou vários senadores, que propuseram emendas à MP 457/09, como Delcídio Amaral (PT-MS) e Marco Maciel (DEM-PE). Marcelo Crivella (PRB-RJ) cobrou da Mesa a votação de requerimento em que pede a realização de debate sobre o pacto federativo. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e João Vicente Claudino (PTB-PI) apoiaram as reivindicações das entidades representativas dos municípios. Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comentou que o governo poderia ter reduzido contribuições federais que não são compartilhadas com estados e municípios.

Contrastes exigem critérios diferenciados

Com 4 mil habitantes e orçamento de R\$ 6 milhões, São Pedro de Alcântara, na região metropolitana de Florianópolis, também depende do FPM e do ICMS. Mas a sua situação financeira é bem diferente: está em dia com os salários dos seus 183 funcionários e não atrasa pagamento de fornecedores, segundo o economista Ernei José Stahelin, já no segundo mandato.

O prefeito estima que a perda com o FPM foi de 8,95% na comparação entre dezembro de 2008 e março de 2009 e o mesmo quadrimestre do exercício anterior. Nos 22 municípios da grande Florianópolis, o decréscimo foi de 8,15% no mesmo período, de acordo com Stahelin, que preside a associação regional.

Em São Pedro de Alcântara, considerada a primeira colônia alemã em Santa Catarina, as quatro escolas municipais oferecem aulas de inglês, alemão, música, dança, futebol e vôlei, além de laboratório de informática. A merenda

possui 49 itens e as crianças podem escolher entre quatro e seis tipos de frutas. “O duro é manter essa qualidade de atendimento”, justifica Stahelin sobre o seu engajamento nos protestos dos prefeitos. Minas Gerais e Bahia, por exemplo, já definiram paralisações parciais de suas atividades, em 15 e 28 de abril, respectivamente.

São exatamente esses contrastes entre os municípios que o governo estuda para definir compensações. Eles também colocaram a FNP em posicionamento diferente da CNM. Enquanto a última reclama providências generalizadas, a FNP defende tecnicamente a diferenciação pela receita total *per capita*. Levantamento com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional e do IBGE mostra que os municípios entre 10 mil e 100 mil habitantes apresentam, em geral, uma relação pior do que os pequenos, com menos de 10 mil, onde a divisão da receita total garante a média de R\$ 1,41 mil por habitante.

decisões

Cesta Básica do Livro para estudante da rede pública

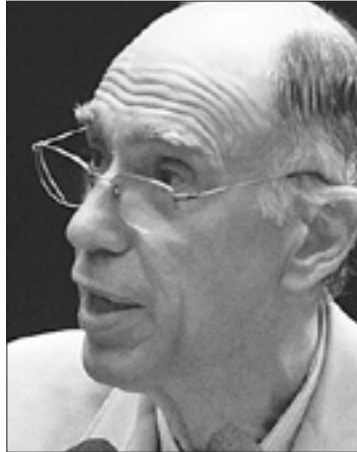
Projeto autoriza Ministério da Educação a distribuir obras de conteúdo literário, artístico e científico a famílias com filhos no ensino básico

O Ministério da Educação pode ser autorizado a criar o programa Cesta Básica do Livro, com o objetivo de oferecer às famílias com filhos entre seis e 18 anos que estudem em escolas públicas livros de conteúdo literário, artístico ou científico. O projeto (PLS 278/08) que cria o benefício, apresentado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), foi aprovado na terça-feira, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), tendo como relator Marco Maciel (DEM-PE).

Por sugestão de Ideli Salvatti (PT-SC), a comissão aprovou também a realização de audiência pública sobre a implantação da Lei 11.738, que estabelece piso salarial para docentes, e a aplicação da Lei 11.301, que trata da aposentadoria dos professores que ocupam



Proposta de Cristovam Buarque, que teve como relator Marco Maciel, foi aprovada terça-feira pela Comissão de Educação, em decisão terminativa



FOTOS: JONAS PEREIRA

cargos de direção, coordenação e assistência pedagógica.

A comissão votou ainda proposta de Flávio Arns (PT-PR) que institui o Dia Nacional do Sistema Braille. Integração da pessoa cega

na sociedade e no mercado de trabalho, difusão de informação sobre como prevenir a cegueira e sobre novas tecnologias de acessibilidade estão previstas no projeto.

Plenário vai decidir sobre incentivo a artigo escolar

A falta de consenso na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em torno do projeto que estabelece benefícios fiscais para artigos escolares deve levar a decisão sobre a matéria para o Plenário. Essa saída foi negociada terça-feira na CAE. A comissão acabou aprovando o parecer favorável, com emenda, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que seria votado em caráter terminativo, o que dispensaria o exame da matéria pelo Plenário, permitindo seu envio diretamente à Câmara.

Fundos de pensão poderão usar FGTS para casa própria

As entidades fechadas de previdência complementar poderão passar a utilizar recursos do FGTS em financiamentos habitacionais. Atualmente, o uso dos recursos do fundo para aquisição de moradia só é permitido pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A medida consta de projeto (PLS 68/04) de Paulo Paim (PT-RS) aprovado terça-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisará a proposta em decisão terminativa.

FUNDO DO IDOSO

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou projeto que cria o Fundo Nacional do Idoso, para financiar programas e ações relativas a essa população, e que permite deduzir do Imposto de Renda as contribuições para o fundo.

MAIORES DE 65 ANOS

Os brasileiros com mais de 65 anos poderão ser dispensados do alistamento eleitoral e de votar. É o que determina proposta de emenda à Constituição (PEC 34/04) aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na terça-feira.

TROCA DE CANDIDATO

Os partidos só podem substituir candidato impedido de concorrer às eleições se apresentarem outro até 15 dias antes do pleito ou até a véspera, em caso de falecimento do candidato anterior. É o que determina projeto aprovado na quarta-feira na CCJ.

EMPRÉSTIMO DO BID

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) voltou a autorizar empréstimo de US\$ 83,5 milhões do governo brasileiro junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) para o programa Saúde da Família.

EMBAIXADORES

Indicados para embaixadores em Camarões e na Tanzânia, Orlando Galvêas Oliveira e Francisco Carlos Soares Luz foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Os nomes agora seguem para o Plenário.

RÁDIO E TV

O presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), decidiu lembrar a todas as comissões permanentes da Casa que a Constituição proíbe que os senadores figurem como diretores, proprietários ou controladores de empresas de rádio e televisão.

debates

Ministro pede apoio para desbloqueio de verbas

O ministro do Esporte, Orlando Silva, pediu na quarta-feira aos membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte que ajudem a desbloquear parte dos recursos orçamentários destinados ao setor que se encontram contingenciados em virtude da crise financeira. Informou que, do total de R\$ 1,3 bilhão aprovado no Orçamento da União para este ano, apenas R\$ 194 milhões foram liberados, ou seja, cerca de 14,9% do total das verbas.

– A falta dos recursos vem inibindo as atividades do ministério.



Orlando Silva (ao lado de Flávio Arns) lamenta o corte de 86% nos recursos para a pasta do Esporte

É preciso sensibilizar o governo e o Ministério da Fazenda para que desbloqueiem os recursos –

resumiu Orlando Silva.

Ao se mostrar sensibilizado com o pedido do ministro, o presidente da CE, senador Flávio Arns (PT-PR), anunciou em nome do colegiado que enviará solicitação

ao ministro Guido Mantega para que recomponha o orçamento do Ministério do Esporte.

Produtores cobram política definitiva para o setor rural

Representantes dos produtores rurais e dos trabalhadores e agricultores familiares cobraram do governo um plano agrícola definitivo que atene a crise enfrentada pelo setor e que também permita o crescimento da produção do país.

A reivindicação foi feita durante audiência pública na terça-feira, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que discutiu antecipação de crédito para o Plano Safra 2009/10.

O senador Valter Pereira (PMDB-

MS), que preside a CRA, informou que haverá mais uma audiência sobre o assunto e sugeriu que a comissão encaminhe ao Executivo documento com sugestões concretas para o setor.

Presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ressaltou que os produtores rurais não conseguem pagar as suas dívidas e enfrentam os efeitos da crise mundial, além de uma crise interna.

projetos aprovados

De 6 a 8 de abril

Nova proposta que revoga prisão especial vai à Câmara

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto do senador Expedito Júnior (PR-RO) que extingue a prisão especial para diplomados em nível superior (PLS 50/07). O texto é semelhante à proposta acolhida pelo Plenário na semana retrasada (PLC 111/08).

Segundo explicou o relator, Demostenes Torres (DEM-GO), o PLS 50/07 pode ser aprovado, já que o PLC 111/08 está tramitando na Câmara dos Deputados e ainda

não foi aprovado naquela Casa.

Segundo Expedito Júnior, seu projeto é ainda mais abrangente que o PLC 111/08, pois também acaba com a prisão especial prevista no Código de Processo Penal Militar, estabelecendo, em última instância, que a prisão especial será concedida apenas aos que dela tiverem necessidade e a pedido de um juiz. Como recebeu decisão terminativa na CCJ, o PLS 50/07 segue para apreciação da Câmara dos Deputados.

➔ **PLS 44/07** – De Valter Pereira (PMDB-MS), define que os condenados por crimes ambientais sejam obrigados a frequentar cursos de educação ambiental. Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

➔ **PLS 112/08** – De Paulo Paim (PT-RS), determina ao poder público que, nas compras de material de expediente, priorize a aquisição de produtos confeccionados em papel reciclado. Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pesar por Márcio Moreira Alves

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou voto de pesar pela morte, no último dia 3, do ex-deputado federal e jornalista Márcio Moreira Alves, conhecido por seu discurso de 1968 em que pedia boicote aos militares, o que motivou sua cassação.

Prêmios de jornalismo

O Plenário aprovou a criação do Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo e do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico, a serem concedidos anualmente a profissionais de imprensa que tenham contribuído de forma relevante para o jornalismo brasileiro.

debates

Demarcação contínua recebe críticas de Augusto e Mozarildo

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que ratificou a demarcação em área contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, recebeu críticas dos senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Em pronunciamento na quarta-feira, Augusto afirmou que não se levou em conta a ocupação do local por aproximadamente 150 famílias pobres que vivem há mais de duas gerações na região.

Entre os moradores da área da reserva, Augusto citou o caso de Joaquim Correa, cuja família vive na localidade desde 1890.

Segundo Mozarildo, a retirada dos produtores rurais da terra prejudica os índios que trabalhavam para eles. O senador citou reportagem do *Valor Econômico* que mostra a migração dos índios para a periferia de Boa Vista, a capital de Roraima.

– A maioria dos índios não quer essa diáspora, inclusive porque são miscigenados.

“Ainda vale a pena ser senador”, diz Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse na quarta-feira que “ainda vale a pena ser senador”, apesar de todos os problemas recentes que envolvem a instituição. Ele mencionou como fato positivo, no seu caso, três de seus projetos que já foram transformados em lei – o piso salarial nacional para professor, o direito à criação de estudar perto de casa e a criação do Dia Nacional da Leitura. Cristovam citou ainda alguns dos 110 projetos de sua autoria em tramitação.

Arns anuncia carta de jovens em favor do meio ambiente

Flávio Arns (PT-PR) registrou a entrega aos senadores da Carta das Responsabilidades para o Enfrentamento das Mudanças Climáticas, elaborada pelos participantes da 3ª Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, realizada em Luziânia (GO). Arns também convidou os parlamentares a atuarem na defesa do movimento escoteiro, como forma de aprimorar a educação e a formação cultural de crianças e adolescentes do país.

Senadores querem spread bancário menor

Substituição do presidente do Banco do Brasil foi recebida como sinal de interesse do governo em resolver o problema. Oposição pede explicação

Os elevados *spreads* bancários praticados no país foram criticados por três senadores em pronunciamentos na quarta-feira, dia em que o governo anunciou mudança no comando do Banco Brasil, segundo a imprensa, motivado por esse tema.

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) elogiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela substituição de Antonio Francisco de Lima Neto por Aldemir Bendine na presidência do banco oficial e disse ter a expectativa de que este reduza o seu *spread*, que é a diferença entre a taxa de juros básica da economia e as que são cobradas pelas instituições financeiras.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) classificou o atual nível do *spread* no mercado bancário como escandaloso. Ele citou dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) segundo os quais o *spread* bancário brasileiro é 11 vezes



Antônio Carlos Valadares (E) considera nível de *spread* brasileiro “um escândalo”. Valter Pereira (D) espera que Banco do Brasil reduza suas taxas de juros



FOTOS: GERALDO MAGELA

maior que o praticado nos países desenvolvidos.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse que o caminho para reduzir o *spread* é “fazer as mudanças necessárias à legislação”, citando propostas com a criação do cadastro positivo de devedores e mudanças no depósito

compulsório.

Os presidentes de três partidos de oposição, DEM, PSDB e PPS, anunciaram que vão pedir a convocação do ministro da Fazenda, Guido Mantega, para prestar esclarecimentos ao Congresso sobre a substituição na presidência do Banco do Brasil.

NOVA OI

Paulo Paim (PT-RS) anunciou que realizará reunião nesta segunda-feira com a Federação Interestadual de Trabalhadores em Telecomunicações (Fitel) e diretores da empresa, resultante da fusão da Oi com a Brasil Telecom, para debater a situação dos trabalhadores dessas empresas.

ROYALTIES

Segundo João Vicente Claudino (PTB-PI), o Congresso deve aproveitar os debates da reforma tributária para discutir também os artigos da Lei do Petróleo (Lei 9.478/97) que tratam da distribuição dos *royalties* oriundos da produção petrolífera.

Regulamentação de cartões de crédito

Relatório do Banco Central sobre o uso de cartões de crédito e débito aponta para a necessidade de regularização do setor, disse Adelmir Santana (DEM-DF). O senador afirmou que o estudo incorpora modificações que já estão materializadas em projetos de sua

autoria em tramitação na Casa: PLS 678/07, PLS 677/07 e o PLS 680/07. Adelmir ainda lamentou o arquivamento, pela Câmara, do PLS 213/07, de sua autoria, que permitia a cobrança de preços diferenciados entre compras à vista e com cartão.

EMPRESÁRIO

O empresário do grupo Gerdau (siderurgia) Jorge Johannpeter fala nesta terça-feira às comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Acompanhamento da Crise Financeira sobre como o setor industrial enfrenta a crise.

BANCO DO BRASIL

Tião Viana (PT-AC) comemorou a implantação da Superintendência Estadual do Banco do Brasil no Acre. O senador agradeceu ao ex-presidente do banco, Lima Neto, o atendimento de antiga reivindicação. A medida, disse, facilitará concessão de crédito no estado.

HOMENAGEM

Lúcia Vânia (PSDB-GO) fez uma homenagem ao arcebispo emérito de Goiânia, dom Antônio Ribeiro de Oliveira, pela passagem dos 60 anos de sua ordenação. No último dia 2, houve uma celebração eucarística com essa intenção na Catedral Metropolitana de Goiás.

CUIABÁ

O senador Jayme Campos (DEM-MT) prestou uma homenagem a Cuiabá pelo transcurso, em 8 de abril, de seu aniversário de 290 anos. Ele considerou a cidade como “a capital brasileira do agronegócio” e elogiou a “gente tranquila e generosa” de Cuiabá.

OLAVO PIRES

Expedito Júnior (PR-RO) pediu que o Senado atue para que a morte do senador Olavo Pires não fique impune. O assassinado ocorreu em 16 de outubro de 1990. – Tenho certeza que chegaremos não só a quem o matou, mas também a quem mandou matá-lo.

RODOVIAS

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou a inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da pavimentação de trechos das rodovias federais BR-429 e BR-364, que cortam seu estado. Segundo ele, o trecho entre as cidades de Alvorada e Seringueiras já foi licitado.

TERMELÉTRICAS

César Borges (PR-BA) criticou a instalação de 40 usinas termelétricas na Bahia e em outras regiões do Nordeste nos próximos cinco anos, divulgada pelo jornal *A Tarde*. Segundo o senador, elas são “extremamente poluentes” e vão para o Nordeste porque é mais fácil obter licença ambiental.

ambiente legal

Incentivo para produtor não desmatar

A proposta de se oferecer uma compensação financeira aos produtores rurais que deixarem de desmatar ganhou força ao ser defendida por governadores de cinco estados da Amazônia Legal reunidos em Cuiabá. Os chamados “pagamentos por serviços ambientais” podem conciliar “crescimento econômico com sustentabilidade ambiental”, segundo os governadores.

Governo promete financiar recuperação

Em maio, o governo federal começará a financiar projetos de preservação e recuperação ambiental com recursos do Fundo Amazônia, mecanismo que funciona com doações, anunciou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. A primeira colaboração veio da Noruega, que doou US\$ 130 milhões.

A hora dos carros não poluentes

Um modelo de carro elétrico de cinco lugares com grande autonomia, que poderá ser o primeiro produzido em escala industrial, foi lançado nos EUA pela Tesla Motors. O protótipo, 100% não poluente, roda até 360 quilômetros com carga completa e custará US\$ 49.900. Já a GM apresentou um veículo elétrico de duas rodas, o Puma, com autonomia de 67 quilômetros.

Exercício poderia evitar 260 mil mortes por ano

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, disse que poderiam ser evitadas 260 mil mortes anualmente por causas como câncer, doença coronariana crônica e doenças cardiovasculares se toda a população brasileira fizesse 30 minutos de atividade física regular cinco vezes por semana e mudasse o padrão alimentar.

Plano estimula atividade física

José Gomes Temporão lançou o Plano Nacional de Atividades Físicas, em parceria com o Ministério do Esporte, com o objetivo de incentivar exercícios e atividades físicas em praças e espaços públicos das cidades. Hoje, 450 municípios recebem recursos para difundir essas práticas, e a intenção é chegar a mil municípios até 2011.

3.000 edições

Esse número será alcançado pelo **Jornal do Senado** nesta quinta-feira. São quase 15 anos de noticiário sobre os debates e as decisões da Casa, ajudando a dar transparência ao

Legislativo, e conhecimento, ao cidadão, do desempenho dos seus representantes. Conheça nesta edição um pouco da história do jornal, que já é parte da história do Congresso brasileiro.



12 de abril de 2000

Aprovada pelo Senado em 11 de abril de 2000, indo em seguida a sanção presidencial, a Lei de Responsabilidade Fiscal representou um marco histórico na administração pública no país. A lei instituiu mecanismos de controle do endividamento e da despesa. Estabeleceu a obrigatoriedade de publicação de demonstrativos, pressupondo uma gestão fiscal planejada e transparente.



30 de maio de 2001

O senador Antonio Carlos Magalhães renunciou ao mandato em 30 de maio de 2000 – conforme anunciado na manchete do jornal – depois de ter sua cassação recomendada pelo Conselho de Ética no episódio de violação do sigilo de voto da sessão em que o senador Luiz Estêvão havia sido cassado. Com a renúncia, ACM evitou sua eventual perda de mandato.



13 de dezembro de 2007

Depois de sete horas de debates em Plenário, os senadores rejeitaram, na madrugada de 13 de dezembro de 2007, a proposta de emenda à Constituição que prorrogava até 2011 a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Acabava a cobrança de 0,38% sobre o valor das movimentações. O fim da CPMF foi uma das mais significativas derrotas do governo Lula no Congresso.



3 de julho de 2008

Reivindicação histórica dos professores brasileiros, um piso nacional para a categoria passou à realidade com a aprovação de projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), relatado pela senadora Idei Salvatti (PT-SC). O presidente Lula sancionou o projeto, e o salário básico, que era de R\$ 950 em 2008, já passou para R\$ 1.132,40 mensais este ano. Cinco governos estaduais, porém, questionam a lei no STF.



8 de agosto de 2008

Em uma iniciativa para aumentar a transparência do Senado, o então presidente, Garibaldi Alves Filho, decide pela realização de nova licitação para substituir os contratos da instituição com as empresas Conservo, Ipanema e Brasília Informática, sobre os quais pairavam suspeitas de fraude. A Operação Mão de Obra, da Polícia Federal, havia encontrado irregularidades em contratos de terceirização em 2006.

Primeiro veículo de comunicação do Senado

Primeiro veículo de comunicação da Casa, o **Jornal do Senado** começou a circular em 4 de maio de 1995. Coube à Secretaria de Comunicação Social, dirigida à época pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita, a edição do jornal, que só se tornou órgão oficial do Senado em 19 de novembro do ano seguinte, com a publicação do Ato 20, assinado pelos senadores José Sarney – que presidia a Casa pela primeira vez –, Teotônio Vilela Filho, Júlio Campos, Odacir Soares,

Renan Calheiros, Levy Dias e Ernandes Amorim, membros da Mesa diretora. Segundo o ato, a tiragem inicial era de 1.500 exemplares. Hoje, a edição de segunda-feira ultrapassa os 81 mil. Desde que começou a circular, o jornal já passou por três formatos. Até o número 487, era impresso em papel A4 (21cm x 29,7 cm). Em 23 de junho de 1997, circulou a primeira edição no formato tablóide (29cm x 35,5). O atual – tablóide alemão (29cm x 44cm) – foi adotado em 30 de agosto de 2004 pela edição semanal e em 11 de junho de 2008, pelo diário.

4 de maio de 1995



29 de maio de 1995



19 de julho de 1996



O projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi manchete da primeira edição do **Jornal do Senado**. Relator da proposta, que viraria lei no ano seguinte, o senador Darcy Ribeiro lembra a crise em que se encontrava a educação no país naquele momento e ressalta a urgência de atualizar a legislação. Também não é nova a

preocupação dos senadores com os altos juros, que poderiam levar, alertavam em 1995, a atividade produtiva à insolvência. E em julho de 1996, a aprovação do projeto que abriu a exploração dos serviços de telefonia celular para a iniciativa privada foi passo decisivo para a revolução que o país assistiria na área de telecomunicações.



1º de fevereiro de 2007

Nesse dia, o **Jornal do Senado** publica o perfil, com foto, dos 81 senadores da legislatura que se iniciava, anuncia a disputa entre Renan Calheiros (PMDB-AL) e José Agripino (então PFL-RN) pela Presidência da Casa e informa os procedimentos para a eleição. A escolha do novo presidente da Câmara dos Deputados também é discutida. O *Especial Cidadania* explica o que significa ser presidente do Senado e mostra as atribuições dos senadores que fazem parte da Mesa diretora.



12 de maio de 2008

Os 120 anos da assinatura da Lei Áurea foram registrados pelo **Jornal do Senado** com um encarte de oito páginas que pretendeu reconstruir como a notícia circularia em um diário de 1888. Foram pesquisados temas que estavam em debate naquele período, inclusive reclames publicitários com a grafia da época. O papel do Senado na libertação dos escravos no Brasil recebe destaque especial na edição comemorativa.

Um pouco de história



Na verdade, antes de existir o **Jornal do Senado**, a gente fazia *press-releases*, matérias sobre o dia a dia do Senado, e colocava no comitê de imprensa. Mas eram muito pouco utilizadas. Em geral, quem pegava os *press-releases* eram os lobistas. Veio então a ideia de criar o jornal. O Fernando Cesar [Mesquita, então diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado] já tinha um projeto, entregue pelos concursados, de criar outros veículos também: rádio, televisão... Já se falava em tudo, mas de uma forma diferente do que viria a ser. Por exemplo, para a televisão, a gente criaria um

Heival Rios, diretor da Subsecretaria de Divulgação em 1995

Era um momento também em que o Senado trabalhava e não se reconhecia o trabalho que era feito aqui. Os jornais só tinham uma pauta negativa, de escândalo e de acusações. A gente identificou que [a informação sobre o Senado] precisava chegar à população independentemente da intermediação da mídia. Era uma época em que a tecnologia de comunicação era muito diferente; não tínhamos internet. O jornal era um veículo muito importante. Ainda que chegasse com uma semana de atraso a alguns rincões, era a única informação que essas pessoas teriam sobre o funcionamento do Parlamento. O Senado estava votando, estava produzindo leis, estava produzindo debates, e essas informações não chegavam às pessoas. No início, o jornal foi voltado principalmente para os formadores e para os multiplicadores de opinião. A gente tinha muito claro

Flávio de Mattos, coordenador de Jornalismo em 1995

Fomos convidados, o Djalba [Lima, jornalista] e eu, para fazer um projeto de um jornal diário. A equipe inicial, de quatro pessoas, incluía os diagramadores Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho. A gente imaginava que aquela primeira edição fosse apenas um teste. Para surpresa nossa, aquele teste foi impresso e circulou como a primeira edição do jornal. A equipe era reduzida, e a tecnologia, bem precária. Lembro-me, por exemplo, de que o nosso arquivo fotográfico era uma caixa de papelão, onde havia algumas fotografias de cada senador, das comissões e do Plenário. O arquivo com o jornal era colocado num disquete, no final da edição, e levado em mãos (juntamente com as fotos) para a gráfica a fim de ser impresso.

Edson de Almeida, primeiro editor, com **Djalba Lima**, do **Jornal do Senado**



irregularidades

CPI das ONGs tenta avançar na investigação

Presidente e relator têm objetivos diferentes para comissão. Heráclito pretende quebrar sigilos, enquanto Inácio Arruda quer tomar depoimentos

A CPI das Organizações Não Governamentais (ONGs) conseguiu sair do impasse político que persistia desde novembro. Na terça-feira realizou a primeira reunião do ano, quando, mais uma vez, governistas e opositores se confrontaram sobre a aprovação de novos requerimentos, inclusive de quebras de sigilo de pessoas e entidades.

No início da reunião, o presidente da CPI, Heráclito Fortes (DEM-PI), viu aprovados cinco requerimentos apresentados por ele. A base de apoio ao governo, liderada pelo relator Inácio Arruda (PCdoB-CE), conseguiu derrubar um requerimento somente na sexta votação.

Heráclito acredita que as informações serão importantes para que o colegiado apresente resultados. Ao governo do Piauí a CPI requisitará a lista dos especialistas que trabalharam no contrato com a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) em 2003.

A Finatec é um dos principais

alvos da CPI e do Ministério Público, que investiga irregularidades nos contratos, desvio de recursos e finalidades, além de lavagem de dinheiro. A expectativa é que o contrato com o Piauí sirva como referência para o relatório final.

Os outros quatro requerimentos aprovados pedem a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal de entidades ligadas ao Movimento dos Sem Terra que firmaram contratos milionários com os ministérios da Educação e do Desenvolvimento Agrário.

Inácio Arruda alertou que as entidades já haviam sido investigadas pela CPI da Terra, entre 2004 e 2005, mas o presidente daquela comissão, Alvaro Dias (PSDB-PR), disse que fatos novos precisam ser esclarecidos. Arruda argumentou que os requerimentos não se referiam a fatos novos. Jefferson Praia (PDT-AM) se absteve nas votações e os governistas rejeitaram quatro requerimentos.

A CPI deve se reunir nesta terça, às 14h30, para definir um cronograma de trabalho.

Nova legislação é prioridade para o relator, que vê cenário caótico

As denúncias sobre irregularidades envolvendo ONGs que receberam recursos públicos expuseram a fragilidade da legislação sobre o setor. Dessa forma, uma das prioridades da CPI é a elaboração de um marco regulatório novo para essas entidades que acabe com a precariedade que hoje predomina na relação das ONGs com o Estado.

– O grau de desorganização é muito alto. Creio que o próprio Executivo deve estar interessado em colocar o assunto em sua agenda legislativa – afirmou o relator da comissão de inquérito, Inácio Arruda, que já anunciou que vai pedir urgência para as propostas que apresentará em seu relatório final, em junho.

Há um ano, o relator apresentou anteprojeto de marco legal para a atuação de organizações não governamentais, que foi submetido a consulta pública. Recomendações do Ministério Público, de ONGs e do Tribunal de Contas da União (TCU) para parceria com entidades sem fins lucrativos ajudaram na elaboração da proposta. Contribuições foram oferecidas e a proposta final deve levar em consideração

também as últimas regulamentações e decretos do Executivo sobre o assunto.

Entre as inovações, o anteprojeto estabelece a obrigatoriedade de que os repasses de verbas públicas sejam feitos por concurso de projetos. E que, para realizar convênio com o poder público, a entidade deverá ter pelo menos quatro anos de funcionamento e toda a documentação exigida (estatuto registrado em cartório, experiência prévia e competência técnica compatível com o objeto do contrato).

A fiscalização dos convênios, hoje praticamente inexistente e com grandes variações de ministério para ministério, é uma das ênfases da proposta. Dessa forma, o gestor público responsável pelos contratos poderá responder civilmente por irregularidades do convênio, como, por exemplo, falta de capacidade técnica e operacional da ONG contratada para executar o convênio.

A cobrança judicial para ressarcimento de recursos públicos mal utilizados também está prevista no anteprojeto, que especifica ainda como deve ser feita a prestação de contas.

JOSE CRUZ/ABR



Fundação ligada à Universidade de Brasília é um dos focos da investigação, que analisará contratos com governo do Piauí

Pela segunda vez, Senado busca dados sobre atuação de entidades

A CPI das ONGs foi criada em 3 de outubro de 2007 para apurar a liberação de recursos federais para ONGs e o recebimento de dinheiro do exterior por essas entidades entre 1999 e 2007.

Composta por 11 senadores, a comissão enfrenta dificuldades desde o final de 2007, com a rejeição de requerimentos de quebra de sigilo bancário, o que impede o aprofundamento das investigações. Na queda de braço entre governo e oposição, dezenas de pessoas já convocadas para prestar informações não foram ouvidas.

– A CPI está obrigada a ouvir essas pessoas, que querem trazer suas opiniões a público – afirma o relator Inácio Arruda.

Até o momento, a comissão de inquérito fez 24 reuniões, nas quais foram aprovados 190 requerimentos de informações, convocação e convite a testemunhas e transferência de dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre operações financeiras de ONGs consideradas atípicas. Pelo menos 15 requerimentos foram rejeitados, principalmente de quebra de sigilos bancário e fiscal de pessoas e empresas.

No final de 2008, os trabalhos do co-

legiado foram prorrogados até 1º de julho próximo.

Esta é a segunda CPI das ONGs que o Senado promove. A primeira funcionou entre 2001 e 2002, e teve como seu principal idealizador e realizador o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele tem como um dos seus focos de atuação a fiscalização de organizações internacionais com interesses na Amazônia.

Como a atual CPI pretende fazer, aquela comissão apresentou projetos para melhorar o controle da atuação de ONGs no Brasil. O PLS 12/03, que altera o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80) e a Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73), está parado. O texto condiciona a participação de entidades que tenham sócios estrangeiros e que atuem na região amazônica à autorização do Ministério da Justiça e à elaboração de relatório de atividades.



JANE ARAUJO

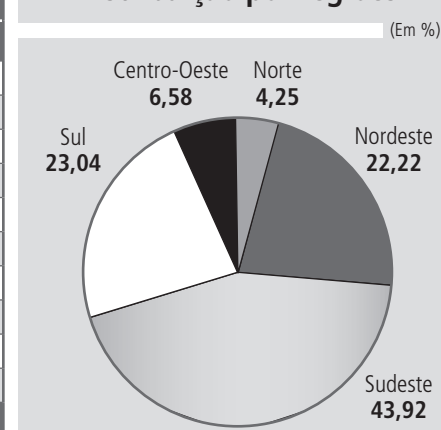
Heráclito conseguiu aprovar requerimentos de quebra de sigilo bancário e agendar depoimentos

Ações abrangem de moradia a defesa de direitos

Classificação das atividades sem fins lucrativos	Fundações privadas e associações sem fins lucrativos	
	Total	Porcentagem
Habitação	322	0,12
Saúde	3.798	1,38
Cultura e recreação	37.539	13,61
Educação e pesquisa	17.493	6,34
Assistência social	32.249	11,69
Religião	70.446	25,53
Associações patronais e profissionais	44.581	16,16
Meio ambiente e proteção animal	1.591	0,58
Desenvolvimento e defesa de direitos	45.161	16,37
Outras	22.715	8,23
Total	275.895	100

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

Distribuição por regiões





GERALDO MAGELA

Presidente do Senado, José Sarney (ao lado de Inácio Arruda, à esq., e Mão Santa), ressalta variedade de temas decididos pelos senadores

Recorde de votação em março

Ao ressaltar que, de 20 projetos de lei votados pela Casa no mês passado, só um foi de autoria do Executivo, Sarney disse que o Senado está resgatando sua atribuição de propor e aprovar leis

Nos últimos dez anos, esse foi o mês de março mais produtivo do Senado. De acordo com levantamento feito pela Secretaria Geral da Mesa, a Casa deliberou sobre 150 matérias no mês passado. Nos dois anos anteriores, no mesmo mês, esse número chegou a 132. Os três últimos anos foram os de melhor desempenho.

– A análise da produção legislativa do Senado não deve considerar apenas os números. Quando se leva em conta o conteúdo, verifica-se também que as matérias cobrem amplo espectro, que percorre temas econômicos, sociais e jurídicos. A variedade dos assuntos apreciados demonstra que o Senado encontra-se em pleno funcionamento, no desempenho de sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país – afirmou José Sarney.

Das 150 matérias sobre as quais o Senado deliberou, duas decorreram de medidas provisórias. Dos 20 projetos de

lei, 15 deles foram votados pelo Plenário e cinco pelas comissões, em decisão terminativa. Apenas um desses 20 projetos foi de iniciativa do Executivo. José Sarney destacou que tal fato sinaliza que o Senado está resgatando sua atribuição típica de propor e aprovar leis.

Ainda entre as proposições apreciadas em março, foram aprovados sete atos internacionais e 17 indicações de embaixadores ou autoridades. Dos projetos de lei aprovados, cinco foram enviados para apreciação da Câmara dos Deputados e dez encaminhados à sanção do presidente da República.

Matérias aprovadas abrangem diversas áreas de interesse

As matérias sobre as quais o Senado deliberou abrangeram vários temas de interesse nacional.

Na área econômica, o Senado aprovou, por exemplo, o Projeto de Lei de Conversão 31/08 (proveniente da Me-

didada Provisória 445/08), que autoriza a Caixa Econômica Federal a destinar ao financiamento do setor da construção civil parte dos dividendos e juros que deveriam ser recolhidos aos cofres do Tesouro Nacional. A medida foi uma das providências adotadas pelo Executivo para enfrentar as consequências da crise financeira mundial.

O outro projeto de conversão aprovado, o PLV 1/09 (oriundo da MP 447/08), ampliou os prazos para pagamento de impostos e contribuições, como Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Na área social, os senadores aprovaram, entre outros, o PLC 1/06, que obriga os planos e seguros privados de assistência à saúde a cobrir o atendimento nos casos de planejamento familiar. O projeto foi enviado a sanção.

Na área penal, o Senado aprovou o PLS 54/04, que tipificou o crime de sequestro-relâmpago.

REFORMA DO REGIMENTO

A comissão especial que elabora a reforma do Regimento Interno do Senado pode apresentar nesta terça-feira a sua proposta final, informou o presidente do colegiado, Marco Maciel (DEM-PE). Entre as possíveis mudanças, estão o aumento do poder das comissões, ampliando a capacidade delas de emitir decisões terminativas, a regulamentação do funcionamento das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e a criação de novas hipóteses de regime de urgência na tramitação de matérias. O relator da comissão é o senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Presidentes dos três Poderes assinam pacto para aperfeiçoar Estado democrático

Os presidentes do Senado, José Sarney, da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, assinam nesta segunda-feira o 2º Pacto Republicano de Estado.

O pacto deve abranger o fortalecimento da proteção aos direitos humanos fundamentais, a efetivação da prestação jurisdicional e o aperfeiçoamento do

Estado democrático de direito e de suas instituições.

Os presidentes Lula e Sarney foram signatários do 1º Pacto, junto com o então presidente do STF, Nelson Jobim, e o presidente da Câmara à época, João Paulo Cunha.

Outra iniciativa semelhante foi o Pacto de Estado por um Judiciário mais Rápido e Republicano, assinado em dezembro de 2004.

Sarney comemora resultados da Unilegis

Na cerimônia em que deu posse ao professor Carlos Fernando Mathias de Souza no cargo de vice-reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), o presidente do Senado, José Sarney, lembrou que a instituição tem prestado, com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), inestimável serviço ao país.

– Já formamos 50 mil pessoas e estamos atualmente com 7 mil alunos, não só tendo aulas diretas como também recebendo ensino a distancia. A Unilegis foi criada para aperfeiçoar nossos quadros, não só a nível da nossa Casa, como também a nível das câmaras municipais e das assembleias legislativas. Hoje, já temos mais de 3 mil municípios incluídos nesse trabalho. É um trabalho silencioso, mas muito efetivo e é importante que a gente faça esse reconhecimento – disse.

Sarney afirmou também que esse trabalho acadêmico vem sendo feito há mais de 10 anos, com resultados significativos.

– Basta dizer que o ILB já formou pessoal nos tribunais, nos órgãos federais, na Presidência da República, no Itamaraty. E nós estamos mantendo uma reciclagem permanente, de tal modo que o núcleo do nosso funcionalismo é dos melhores do Brasil. Nosso trabalho é evitar que haja o recrutamento dos nossos funcionários para outros órgãos públicos.

Com regulamentação, ZPEs começam a sair do papel

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em reunião da Sudene, em Montes Claros (MG), decreto regulamentando a Lei 11.508/07, que disciplina o regime tributário, cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação (ZPEs), defendidas pelo presidente do Senado, José Sarney, como importante instrumento de desenvolvimento do país.

As ZPEs são distritos industriais cujas empresas são beneficiadas com a suspensão de impostos, desde que exportem pelo menos 80% de sua produção. A ajuda é garantida por 20 anos e, no caso de indústria de grande porte, pode ser prorrogada por igual período.

A instalação de cada ZPE será feita mediante a publicação de decreto presidencial. A expectativa é a de que sejam criadas entre 25 e 30 ZPEs em todas as regiões do país, incluindo as 17 já solicitadas por vários estados e municípios.

Em junho do ano passado, o Plenário do Senado aprovou o PLV 15/08, disciplinando o regime tributário das ZPEs. O decreto de regulamentação é o passo que faltava para tirar as ZPEs do papel.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shlessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Elga Mara Teixeira Lopes
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

O impacto da TV legislativa na ação parlamentar

A cientista social Márcia Jardim observou que o comportamento dos parlamentares – e o trabalho do Parlamento – mudou desde a criação das TVs nas casas legislativas do país. Essa é uma das conclusões da sua tese de doutorado, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Na publicação *Antenas do Legislativo – Uma análise dos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil*, Márcia recorre às origens da TV legislativa brasileira, apresenta as emissoras em funcionamento e questiona aspectos do modelo brasileiro em comparação com os dos Estados Unidos e da França.

A pesquisadora conferiu *in loco* a estrutura e a programação dos canais do Senado, da Câmara dos Deputados, das assembleias de Minas Gerais e de São Paulo, e das câmaras de vereadores de São Paulo e de mais 13 cidades do interior paulista. Entrevistou 42 parlamentares e 24 profissionais das tevês. A cientista social trata ainda, na entrevista, de transparência e espetacularização da política.

Estação da Mídia

Senado FM
14/4, terça-feira, às 7h30
Internet: 14/4, terça-feira,



O seminário Gestão Ambiental em Terras Indígenas aconteceu em março e será o foco do programa exibido pela TV Senado

No 19 de abril, TV dedica programação ao índio

EcoSenado apresenta debates de seminário que abordou propostas para que índios desenvolvam atividades sustentáveis que preservem as reservas

O programa *EcoSenado* acompanhou os debates do seminário Gestão Ambiental em Terras Indígenas, que aconteceu em Brasília, no mês passado. O seminário vai sistematizar propostas para uma política nacional de gestão ambiental nas terras indígenas. São 107 milhões de hectares, 13% do território nacional, que hoje abrigam cerca de 400 mil índios. Os desafios abrangem capacitar esses índios para que possam desenvolver atividades econômi-

cas sustentáveis, criar zonas de amortecimento para preservar o entorno das reservas, garantir a demarcação contínua das áreas e a formação de corredores de preservação. Pensando nisso, o governo federal criou, em setembro de 2008, grupo interministerial para cuidar do assunto.

O seminário, que durou dois dias no Instituto Israel Pinheiro, reuniu representantes da Funai, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio

Ambiente e dos diversos povos indígenas brasileiros. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o presidente da Funai, Márcio Meira, participam do programa. Uma homenagem da TV Senado ao Dia do Índio.

EcoSenado

Estreia no domingo, 19 de abril, às 11h15 e 19h45
Reprise no sábado, 25/4, às 6h30, 9h15, 14h e 20h15

A situação de Santa Catarina depois das enchentes de 2008

No final de novembro de 2008, Santa Catarina foi abalada por grandes inundações, que provocaram mortes e destruição. Além das perdas humanas, a tragédia afetou seriamente a economia. Entre as consequências, o Porto de Itajaí sofreu graves danos.

Como está o estado hoje? As pessoas conseguiram reconstruir suas casas? A economia local se recuperou? Essas e outras perguntas foram feitas pelo *Conexão Senado*.

Conexão Senado

Senado FM e OC
13/4, segunda-feira, às 8h
Internet: 13/4, segunda-feira

Fique por dentro da aposentadoria em 30 minutos

O INSS já promete liberar em 30 minutos os pedidos de aposentadoria por idade dos trabalhadores urbanos, o que corresponde a cerca de 70% dos benefícios nas cidades. Até 2008, o tempo médio era superior a 30 dias.

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, Valdir Moisés Simão, tira dúvidas sobre esse e outros temas.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC
13/4, segunda-feira, às 10h
Internet: 13/4, segunda-feira



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - EcoSenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - EcoSenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - EcoSenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico: Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

PEC dos Vereadores

"Como brasileiro, cidadão conscientizado, politizado e esclarecido, pergunto: por que aumentar o número de cadeiras de vereadores? O que queremos é qualidade e não quantidade. Não concordo que 5% do orçamento seja destinado às câmaras de vereadores por este país de meu Deus, pois 3% seria o suficiente para muitos e muitos vereadores que nada fazem, a não ser nomear seus chamados 'assessores' apaniguados.

Montesquieu errou quando criou o Poder Legislativo municipal, uma instituição, em alguns casos, que não funciona. Em Corumbá tem 11 vereadores, mas apenas quatro trabalham em benefício da população mais carente."

Eneo da Nóbrega, de Corumbá (MS)

"Em 2004, foi reduzido o número de vereadores na maioria dos municípios, por decreto do Tribunal Superior Eleitoral. Como relata o **Jornal do Senado** de 22 a 28 de setembro de 2008, municípios com até 47.619 terão nove vereadores, mas, em Maracás, Bahia, com 34.221 habitantes, a câmara de vereadores diz ter conseguido elevar, para a gestão de 2009, de nove vereadores para 13. A notícia trouxe dúvidas. Caso esses quatro vereadores não sejam empossados, caberá a eles entrar na Justiça para recorrer aos seus direitos."

Claudio Santiago, de Maracás (BA)

Ecologia urbana

"É necessário investimentos em ecologia urbana, por meio de políticas públicas e educação ambiental nas cidades. Precisamos saber gerenciar os nossos recursos naturais."

Taynara Assano Zoner, de Assis (SP)

Cartórios

"A edição do jornal de 12 a 19 de janeiro traz reportagens sobre a

desburocratização dos cartórios e sobre benefícios da previdência social. Ora, é realmente um descaso com o cidadão brasileiro. Meu pai teve um benefício (legítimo) negado pelo INSS, que não reconheceu uma certidão emitida por um cartório. Se o documento não tem validade, por que então os cartórios as emitem? E ainda pagamos tão caro por elas!"

Damião Nascimento dos Santos, de Barra do Rocha (BA)

Nova Constituinte

"Assisto à TV Senado há mais de cinco anos. Vários senadores denunciam a inconstitucionalidade de projetos e outros solicitam emendas na Constituição. Os últimos acontecimentos, como demarcação de terras indígenas, propostas de emendas constitucionais, mudança na elaboração da LDO, Judiciário sendo contestado, entre outras, levam a crer que somente uma nova Constituinte, com leis práticas e justas, levará o país à normalidade."

Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)

Maioridade penal

"Sugiro um projeto de lei para mudar o Código Penal, diminuindo a maioridade penal para 15 anos de idade. E nos casos dos adolescentes infratores, abaixo de 14 anos, que a pena seja mais rigorosa. Sou a favor da pena de morte independente da idade, dependendo da infração cometida."

Tarcísio Pereira de Souza, de Condado (PE)

Ética e política

"A governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, com seu jeito novo de governar, sofre agora com denúncias de corrupção e favorecimento pessoal, além de preconceitos regionalistas, rompimentos políticos e isolamento partidário. De tanto falar em ética, a oposição se esqueceu disso."

Paulo Lopes, de Bangu (RJ)

frases



Ao longo do governo Lula, foram ampliadas as alíquotas e criadas novas contribuições, com o aumento da arrecadação de tributos, sem o compartilhamento dessas receitas com estados e municípios. Nisso, o governo tem sido especialmente perverso

Marconi Perillo, defendendo uma redistribuição das receitas derivadas das contribuições sociais.

Federação rima com descentralização e nós não podemos deixar de ter presente a primeira instância da Federação, que é o município, onde nasce a vida e onde mora a população brasileira

Marco Maciel, apoiando críticas dos prefeitos à redução do IPI.

É preciso dar um basta. A decretação de uma moratória de pelo menos seis meses, para dar fôlego aos municípios, é medida tão necessária quanto urgente

Valter Pereira, ao afirmar que os prefeitos não têm como pagar as dívidas previdenciárias.

A Transamazônica, a Santarém-Cuiabá e a eclusa de Tucuruí são três licitações anuladas! E ainda tem senador que me diz que o papel dele aqui não é fazer CPI

Mário Couto, voltando a defender a criação de uma CPI do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Não há nada, mas houve muita insinuação. As insinuações vão ficar claras: de onde partiram os vazamentos? Com que objetivo? Quem está por trás disso [Operação Castelo de Areia]?

José Agripino, cobrando do corregedor do Senado, Romeu Tuma, a apuração de vazamento de informações que envolvem seu nome com doações eleitorais da Camargo Corrêa.

Não seria melhor o presidente pedir ao FMI que aperte seus cintos em vez de pedir aos prefeitos? Não seria melhor transferir recursos para atender às municipalidades do que atender ao FMI?



Alvaro Dias, sobre empréstimo de US\$ 10 bilhões das reservas ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

GERALDO MAGELA

As termelétricas, movidas a óleo combustível, não conseguem mais licença ambiental na região Sudeste por serem extremamente poluentes e, por isso, foram direcionadas para o Nordeste

César Borges, sobre notícia de instalação de 40 termelétricas na Bahia e em outras regiões do Nordeste.

A maioria dos índios não quer essa diáspora, não quer essa separação, inclusive porque são miscigenados

Mozarildo Cavalcanti, voltando a criticar a demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol.

A sociedade quer ver esses jovens [menores de idade] na cadeia não por maldade, mas por sede de segurança, já que paga seus impostos e quer policiamento

Patrícia Saboya, preocupada com projetos que reduzem a maioridade penal.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

A questão fundiária na região da Amazônia

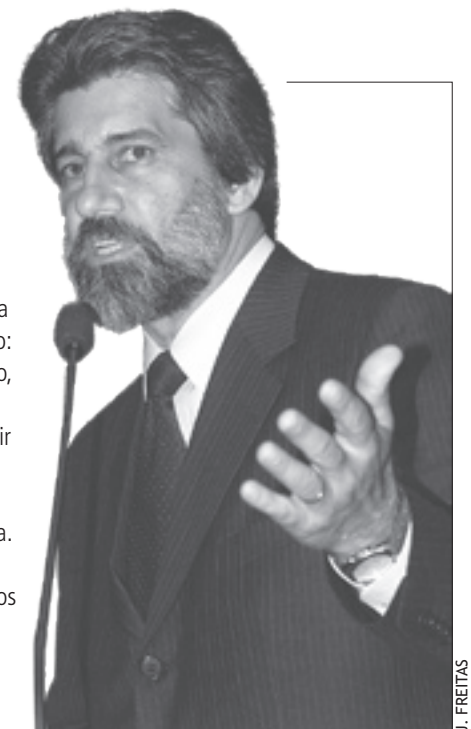
"Qual o resultado prático do 9º Fórum Social no sentido de ampliar as oportunidades socioeconômicas para a região Amazônica? Seria importante adotar iniciativas para que essas pessoas não precisassem mais migrar para outros centros urbanos já saturados em busca de formação acadêmica e também de inserção no mercado de trabalho."

Agnes P. Altmann, de Brasília (DF)

O senador **Valdir Raupp (PMDB-RO)** responde:

Prezada Agnes, discussões em torno de alternativas para a Amazônia, em fóruns no país e no exterior, sempre acabam resultando em efeitos práticos para a nossa região. Mas independente disso, há medidas que precisam ser adotadas logo para resolver problemas, como é o caso de famílias, em especial do campo, que migram para as cidades em busca de melhores oportunidades. A medida provisória que está sendo discutida na Câmara dos Deputados visa regularizar as terras na Amazônia. Este é um dos maiores problemas que enfrentamos: sem o título de propriedade, fica impossível receber crédito do governo para a agricultura, e a falta de estabilidade acaba contribuindo para não fixar o homem

no campo. A MP virá para o Senado e irei pleitear sua relatoria. Outra medida importante é decretar a moratória do desmatamento, que eu chamo de Desmatamento Zero: durante 10 anos, os cortes seriam proibidos. Nesse tempo, seria feito um esforço para criar uma nova consciência sobre a forma de explorar a floresta em pé. Vamos investir na venda de crédito de carbono, conforme estabelece o Protocolo de Kyoto. A floresta sequestra o carbono da atmosfera contribuindo para equilibrar o clima do planeta. O governo brasileiro, inclusive, precisa exigir dos países ricos que eles paguem pelos serviços ambientais prestados pela Amazônia. Mas, apesar dos problemas, os estados da Amazônia estão crescendo. O PIB de Rondônia, por exemplo, já é maior que o de muitos estados brasileiros.



J. FREITAS

Programação só vista nos canais públicos

Comprometidas com o fortalecimento do exercício da cidadania e da democracia, as emissoras públicas de televisão mantidas pelos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo têm como objetivo tornar mais acessíveis

debates e votações das leis, julgamentos e informações públicas de maneira geral. Saiba o que mais está incluído na programação dessas emissoras e conheça a história e os meios de acesso a esses canais.

TV Senado

Criada em fevereiro de 1996, a TV Senado transmite ao vivo as sessões do Senado e do Congresso, que têm prioridade sobre qualquer outro programa da emissora. As reuniões das comissões permanentes, parlamentares de inquérito (CPIs), especiais e mistas também recebem cobertura da emissora, que leva ao espectador informações e atribuições do Senado e programas sobre cultura, saúde e educação. Conheça os destaques da programação, que recebe sugestões pelo endereço eletrônico tv@senado.gov.br.

Jornalismo

Os noticiários **Jornal do Senado** e **Senado Agora** e o boletim **Aconteceu no Senado** explicam a atuação dos senadores e esclarecem os trabalhos da Casa e a tramitação de propostas legislativas.

Alô Senado: senadores respondem a perguntas feitas pelos cidadãos por meio do serviço Voz do Cidadão (pelo telefone 0800-612211) ou de mensagens pelo *site* do Senado e esclarecem dúvidas sobre projetos e o trabalho da instituição.

Diplomacia: programa de análise sobre as relações internacionais e temas relevantes da agenda global, com diplomatas, acadêmicos, formuladores de políticas públicas e especialistas. Transmitido no 2º e 3º fins de semana do mês.

Inclusão: relaciona o trabalho legislativo com a realidade da população e ajuda na divulgação de iniciativas que resultem no bem-estar comum. Além de revelar a difícil vida de milhões de brasileiros que vivem à margem da sociedade e fora do processo produtivo do país, o programa presta serviços de utilidade pública. Vai ao ar no 1º e 4º fins de semana do mês.

Debates e entrevistas

Cidadania: programa diário de debates, em que um representante da sociedade civil e uma autoridade discutem temas de interesse do cidadão com a mediação de um jornalista.

Argumento: entrevistas diárias com senadores sobre os principais assuntos debatidos e votados na Casa. São gravadas ao lado do Plenário, no Cafezinho dos Senadores, e podem ser vistas durante toda a programação.

Cultura

Conversa de Músico: músicos conversam e dão informações sobre instrumentos, músicas e compositores. Também são apresentadas interpretações dos clássicos e do melhor da música brasileira. Transmitido nos fins de semana.

Leituras: dedicado à análise e à divulgação da literatura brasileira. Apresenta entrevista com um escritor ou com um especialista, e analisa obras atuais.

((Como sintonizar))

Saiba outros meios de sintonizar a emissora no *site*: www.senado.gov.br/tv.

Canais em UHF:	Natal – 52
Gama (DF) – 36	Rio de Janeiro
Fortaleza – 43	Zona Oeste – 49
Brasília – 51	Por operadoras de TV
Salvador – 53	por assinatura:
João Pessoa – 40	Tecsat – canal 17
Recife – 55	Sky – canal 96
Manaus – 57	Directv – canal 239

Jornalismo

Câmara Hoje: telejornal com notícias do Plenário, das comissões e dos bastidores do Congresso Nacional, além da agenda para o dia seguinte.

Panorama: apresentado nas sextas-feiras, é um resumo das notícias da semana e traz ainda reportagens especiais.

Câmara Agora: transmite *flashes* ao vivo do que acontece na Casa.

Debates

Expressão Nacional: debate ao vivo com deputados e representantes da sociedade civil e do Executivo sobre os principais temas em discussão no Congresso. A

população participa com perguntas por telefone ou *e-mail*.

Brasil em Debate: debate com deputados e especialistas sobre assuntos de interesse nacional.

Participação Popular: programa de auditório em que a plateia faz perguntas aos deputados, que respondem e falam de propostas do Congresso.

Comitê de Imprensa: jornalistas políticos conversam sobre grandes temas da pauta do Plenário e das comissões e as perspectivas da semana seguinte.

Cultura

Câmara Ligada: debate entre deputados, jovens e especialistas, transmitido com banda e DJ.

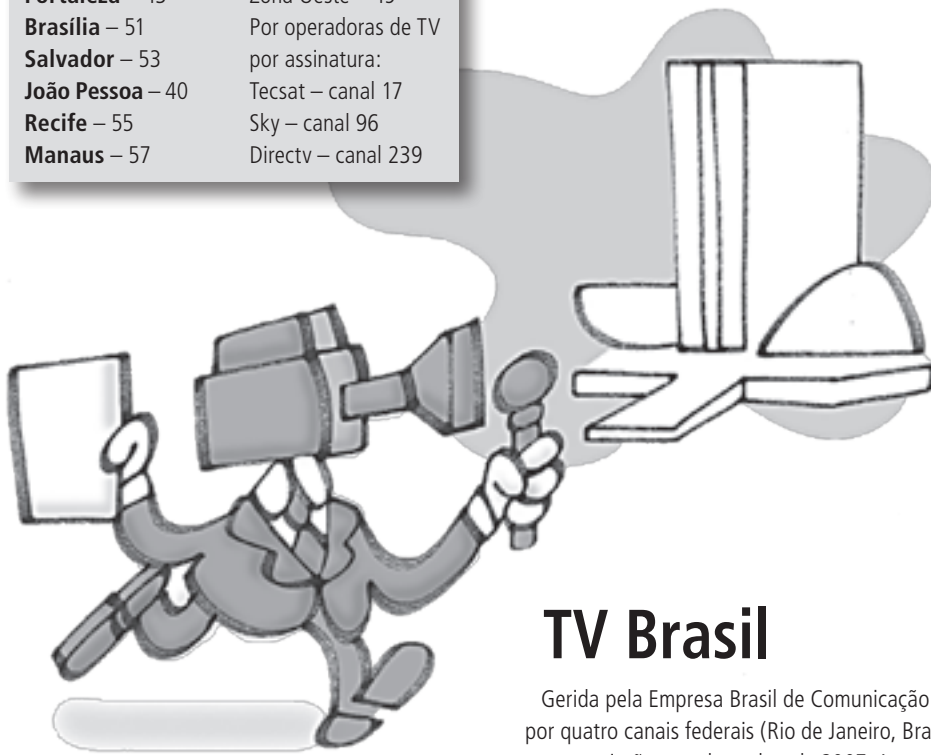
Sintonia: programa cultural de entrevistas com artistas, acadêmicos e políticos sobre aspectos da realidade cultural e do pensamento brasileiro.

Sempre um Papo: debates produzidos em parceria com a Associação Cultural Sempre Um Papo, que colocam frente a frente autor e leitor.

((Como sintonizar))

Saiba outros meios de sintonizar a emissora no *site*: www.camara.gov.br/tv.

Em Brasília	Por operadoras de TV
via UHF: canal 27	por assinatura:
Em São Paulo	Tecsat – canal 16
em sinal digital aberto	Sky – canal 113
(experimental): canal 61	Directv – canal 235



TV Brasil

Gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – que incorporou a Radiobrás – e composta por quatro canais federais (Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e Maranhão), a TV Brasil iniciou suas transmissões em dezembro de 2007. A grade de programação inclui contribuições de emissoras estaduais públicas, além de conteúdos próprios, coproduções e produções independentes e regionais.

Jornalismo e debates

Repórter Brasil (manhã e noite) – telejornais diários que são pautados pela difusão de notícias de interesse público, observada a isenção e a pluralidade de opiniões.

Roda Viva – produzido pela TV Cultura de São Paulo, o programa traz um convidado para ser entrevistado por jornalistas e especialistas.

Observatório da Imprensa – dedicado a discutir a imprensa e a mídia em geral.

Conexão Roberto D'Ávila – o jornalista entrevista um grande nome, nacional ou internacional.

Sem Censura – programa de entrevistas e debates apresentado ao vivo pela jornalista Leda Nagle. Cinco convidados discutem simultaneamente diversos assuntos do cotidiano.

Entretenimento e cultura

A Turma do Pererê e O Menino Muito Maluquinho – séries infantis baseadas nas obras do escritor Ziraldo.

Atitude.Com – programa diário em que

a apresentadora Liliane Reis fala com a juventude, recebendo bandas e artistas.

Samba na Gamboa – busca histórias, memórias e casos da música popular brasileira.

Alô Alô Brasil – histórias dos 85 anos do rádio brasileiro.

((Como sintonizar))

Saiba outros meios de sintonizar a emissora pelo *site* www.tvbrasil.org.br.

São Paulo	Canal 118 – Sky
Canal 63 – UHF digital	Distrito Federal
Canal 69 – UHF	Canal 2 – UHF
analógico	analógico
Canal 4 – NET	Canal 15 – UHF digital
Canal 116 – Sky	Canal 18 – NET
Canal 181 – TVA	Canal 118 – Sky
Rio de Janeiro	Maranhão
Canal 2 – VHF	Canal 2 – VHF
analógico	analógico
Canal 32 – UHF	Canal 34 – UHF
analógico	analógico
Canal 41 – UHF digital	Canal 18 – NET
Canal 18 – NET	Canal 118 – Sky

TV Justiça

A emissora entrou em funcionamento em 2002 e fez do Brasil o primeiro país a mostrar ao vivo os julgamentos do Judiciário. Mesmo coordenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), onde fica sua sede, a TV não se pauta apenas pelas decisões e julgamentos da suprema corte. Todo o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e advocacia têm espaço na programação da emissora.

Os programas mostram o cotidiano do Judiciário com linguagem simples, clara, ágil e contextualizada, traduzindo os termos jurídicos e o funcionamento do mundo jurídico para que todos conheçam os direitos assegurados nas leis.

Jornal da Justiça 2ª edição – telejornal diário apresentado à noite, destacando as notícias do dia no Judiciário, além de trazer reportagens especiais e decisões plenárias dos tribunais do país.

Justiça em Questão – produzido pela assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, esclarece pontos e conceitos essenciais ao funcionamento da Justiça, além de responder a dúvidas dos espectadores, tanto as relacionadas à Justiça quanto as voltadas para direitos que afetem suas vidas.

Repórter Justiça – matérias especiais referentes a problemas sociais, jurídicos, culturais, políticos e econômicos.

Contatos – médicos, escritores, professores, engenheiros e outros profissionais respondem a perguntas feitas por convidados e profissionais do Direito, e expõem questões sobre o exercício de sua profissão sob o enfoque jurídico.

((Como sintonizar))

A emissora é transmitida para todo o Brasil em canais de TV a cabo e pode ser captada por satélite e antenas parabólicas. Saiba como sintonizar no *site* www.tvjustica.jus.br.

Canais abertos:	53 (analógico)
Brasília –	São Paulo (capital) –
canal 52 (digital) e	canal 67